

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

A

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Ministério Público do Trabalho – Estado – Caixa Econômica Federal – Contrato de abertura de contas, nomeação de agentes fiduciários e outros pactos – Conta B – BANERJ S/A – ingresso do Estado na lide – denegação – *Mandado de Segurança contra ato perpetrado pelo Juízo de Direito da 28ª Vara do Trabalho – O Estado em Juízo – Sérgio Luiz Barbosa Neves* 489
- AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – propositura por entidade de defesa do consumidor – vestibular realizado por Universidade Estadual – cobrança de taxa de inscrição – previsão em edital – isenção – competidores hipossuficientes – legalidade para a cobrança – atividade prestada pela fundação educacional distinta da que lhe é comum – *Apelação Cível nº 18.544/2000* 450
- AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EMPAGAMENTO** – pecúlio *post mortem* – pagamento ineficaz pela Autarquia Previdenciária – dívida quanto ao verdadeiro legitimado – possibilidade – liberação do devedor da obrigação – *Parecer nº 01/2000 – Elayne Maria Sampaio Rodrigues Mahler* 398
- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO** – dano moral – prudente arbítrio do juiz – fixação – pedido certo – formulação – exigência – preparo – diferença – recolhimento – *Agravo de Instrumento nº 5.505/2000* 472
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 997-4-RS** – dispositivos constitucionais – poder constituinte originário – compatibilidade com demais dispositivos da Constituição Federal – verificação – impossibilidade 419
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1.326-2-SC** – constitucional – administrativo – servidor público – requisitos para ingresso – Lei Complementar 81/93, do Estado de Santa Catarina – isonomia – CF, art. 5º, art. 22, I e XVI; art. 37, I 431
- AÇÃO ORDINÁRIA** – tutela antecipada – veículo apreendido por falta de vistoria – indeferimento – presunção de legitimidade do ato administrativo – *Agravo de Instrumento nº 11.668/2000* 467
- AÇÕES PREFERENCIAIS** – assembléias gerais ordinárias – assentadas no mesmo dia, local e hora – impossibilidade – livro de transcrição das Atas das Assembléias Gerais – apresentação – *quorum* de deliberação – Lei nº 6.404, arts. 129, *caput* e – 2º – esferas administrativa e judicial – independência – *Parecer nº 07/2000 – Alcir da Silva* 409
- ACORDO DE AÇIONISTAS** – submissão das partes – renegociação de cláusulas – *Peugeot-Citröen* do Brasil S.A. – participação minoritária do Estado do Rio de Janeiro – alienação – Lei nº 2.470/95 – Programa Estadual de Desestatização – inaplicabilidade – *Parecer conjunto nº 01/2001 – Lauro da Gama e Souza Junior e João Manoel de Almeida Velloso* 341
- ADCMC Nº 9-DF** – crise energética – MP nº 2198-4/2001 – medidas sancionatórias – empresas construtoras de usinas produtoras de energia – Lei nº 9427/96 – interpre-

| | |
|--|-----|
| tação das normas jurídicas – isonomia – equidade – razoabilidade – circular nº 45/01 – <i>A crise energética brasileira: considerações acerca da possibilidade de penalização das empresas construtoras de usinas produtoras de energia por superação da meta de consumo</i> – <i>Horácio Augusto Mendes de Souza</i> | 212 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – esgotamento do modelo centralizado e hierárquico – autonomia – descentralização administrativa – conceito material de descentralização administrativa – controles sobre os órgãos e entidades descentralizados – agências reguladoras – <i>Administração Pública Pluricêntrica</i> – <i>Alexandre Santos de Aragão</i> | 27 |
| ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – política fiscal – efeitos na economia do país – elisão – evasão fiscal – princípios constitucionais – aumento da arrecadação – simulação – dissimulação – direito comparado – modelo brasileiro – <i>A norma antielisão e seus efeitos</i> – artigo 116, parágrafo único, CTN – <i>André Luiz Carvalho Estrella</i> | 161 |
| AGÊNCIAS REGULADORAS – administração pública – esgotamento do modelo centralizado e hierárquico – autonomia – descentralização administrativa – conceito material de descentralização administrativa – controles sobre os órgãos e entidades descentralizados – <i>Administração Pública Pluricêntrica</i> – <i>Alexandre Santos de Aragão</i> | 227 |
| AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 05.505/2000 – ação de indenização – dano moral – prudente arbítrio do juiz – fixação – pedido certo – formulação – exigência – preparo – diferença – recolhimento | 472 |
| AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11.668/2000 – ação ordinária – tutela antecipada – veículo apreendido por falta de vistoria – indeferimento – presunção de legitimidade do ato administrativo | 467 |
| APELAÇÃO CÍVEL Nº 20.277/2000 – embargos de devedor – Fazenda Pública – prazo – art. 730 do CPC – alteração – Medida Provisória nº 1.984 – força de lei – art. 62 da Constituição Federal | 465 |
| APELAÇÃO CÍVEL Nº 11.525/2000 – vítima de furto em via pública – responsabilidade do Estado | 456 |
| APELAÇÃO CÍVEL Nº 13.295/2000 – repetição de indébito – ITBI – imunidade tributária – inexistência – coisa julgada administrativa – incoerência | 460 |
| APELAÇÃO CÍVEL Nº 18.095/2000 – cargo em comissão – exoneração – gravidez de servidora – licença maternidade – direito à percepção – danos materiais e morais – incabimento | 453 |
| APELAÇÃO CÍVEL Nº 18.544/2000 – Ação Civil Pública – propositura por entidade de defesa do consumidor – vestibular realizado por Universidade Estadual – cobrança de taxa de inscrição – previsão em edital – isenção – competidores hipossuficientes – legalidade para a cobrança – atividade prestada pela fundação educacional distinta da que lhe é comum | 450 |
| APELAÇÃO CÍVEL Nº 5.409/2000 – DETRAN – responsabilidade civil – inexistência – ausência de causalidade – CRV – requerimento de 2ª via – chassi adulterado | |

| | |
|---|-----|
| – carro vistoriado regularmente – alienante – responsabilidade – danos sofridos pelo comprador | 458 |
| APOSENTADORIA – invalidade – segurança jurídica – anulação pela Administração Pública – impossibilidade – <i>Parecer nº 09/1999</i> – <i>Marcelo Ortigão Benigno de Carvalho</i> | 329 |
| ARAGÃO, Alexandre Santos de – autonomia – descentralização administrativa – conceito material de descentralização administrativa – controles sobre os órgãos e entidades descentralizados – agências reguladoras – administração pública – esgotamento do modelo centralizado e hierárquico – <i>Administração Pública Pluricêntrica</i> | 27 |
| ARRECADAÇÃO – ICMS – municípios – critério de participação – Constituição Federal, art. 158, parágrafo único, inciso I – Lei Complementar nº 63, art. 3º, inciso I e § 1º – valor adicionado – alteração do valor de lei complementar – descabimento – <i>Parecer nº 04/2000</i> – <i>Sérgio Eduardo Pyrrho</i> | 296 |
| ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS – assentadas no mesmo dia, local e hora – impossibilidade – livro de transcrição das Atas das Assembléias Gerais – apresentação – <i>quorum</i> de deliberação – ações preferenciais – Lei nº 6.404, art. 129, <i>caput</i> , e § 2º – esferas administrativa e judicial – independência – <i>Parecer nº 07/2000</i> – <i>Alcir da Silva</i> | 409 |
| AUTONOMIA – descentralização administrativa – conceito material de descentralização administrativa – controles sobre os órgãos e entidades descentralizados – agências reguladoras – administração pública – esgotamento do modelo centralizado e hierárquico – <i>Administração Pública Pluricêntrica</i> – <i>Alexandre Santos de Aragão</i> | 27 |
| AUTOTUTELA – processo administrativo – legalidade – controle – cidadania – soberania – Estado Democrático de Direito – <i>Processo Administrativo e Controle</i> – <i>Alice Gonzales Borges</i> | 516 |
| B | |
| BAÍA DE GUANABARA – despoluição – programa – Estado do Rio de Janeiro – Município de Niterói – convênio – nulidade – cumprimento de obrigação – impossibilidade – meio ambiente – responsabilidade dos entes da federação – <i>Parecer nº 01/2001</i> – <i>Paolo Henrique Spilotos Costa</i> | 334 |
| BANERJ S/A – ação civil pública – Ministério Público do Trabalho – Estado – Caixa Econômica Federal – Contrato de abertura de contas, nomeação de agentes fiduciário e outros pactos – Conta B – ingresso do Estado na lide – denegação – <i>Mandado de Segurança contra ato perpetrado pelo Juízo de Direito da 28ª Vara do Trabalho – O Estado em Juízo</i> – <i>Sérgio Luiz Barbosa Neves</i> | 489 |
| BARROSO, Luís Roberto – busca da razão possível – dogmática jurídica tradicional – superação – teoria crítica do direito – jusnaturalismo – ascensão e decadência – positivismo jurídico – ascensão e decadência – pós-positivismo – normatividade dos princípios – ascensão científica e política do direito constitucional no Brasil – <i>Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional Brasileiro (a pós-modernidade, teoria crítica e pós positivismo)</i> | 47 |

| | |
|--|-----|
| BASE DE CÁLCULO – ICMS – substituição tributária – reserva legal – margem de lucro – critérios de fixação – <i>Parecer nº 02/2000 – Vera Lúcia Kirdeiko</i> | 301 |
| BORGES, Alice Gonzales – processo administrativo – CF, art. 5º, LIV e LV – controle da administração – regulamentação da matéria – ausência de leis especiais – Lei nº 10.177/98 – Lei nº 9.784/99 – propostas de inovação – <i>Processo administrativo e controle</i> | 516 |
| BORGES, Alice Gonzales – processo administrativo – legalidade – controle – cidadania – soberania – Estado Democrático de Direito – autotutela – <i>Processo Administrativo e Controle</i> | 516 |
| C | |
| CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – Estado – contrato de abertura de contas, nomeação de agentes fiduciários e outros pactos – ação civil pública – Ministério Público do Trabalho Conta B – BANERJ S/A – ingresso do Estado na lide – denegação – <i>Mandado de Segurança contra ato perpetrado pelo Juízo de Direito da 28ª Vara do Trabalho – O Estado em Juízo – Sérgio Luiz Barbosa Neves</i> | 489 |
| CARGO EM COMISSÃO – contribuição previdenciária – dispensa de contribuição – desconto previdenciário em favor do RIOPREVIDÊNCIA – impossibilidade – <i>Parecer nº 01/2001 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i> | 291 |
| CARGO EM COMISSÃO – exoneração – gravidez de servidora – licença maternidade – direito à percepção – danos materiais e morais – incabimento – <i>Apelação Cível nº 18.095/00</i> | 453 |
| CARVALHO FILHO, José dos Santos – hermenêutica jurídica – teorias – subjetivista – objetivista – conceitos jurídicos indeterminados – conteúdo – extensão – concretização – zonas de certeza e incerteza – controle jurisdicional – razoabilidade – <i>O controle judicial da concretização dos conceitos jurídicos indeterminados</i> | 109 |
| CARVALHO, Marcelo Ortigão Benigno de – aposentadoria – invalidade – segurança jurídica – anulação pela Administração Pública – impossibilidade – <i>Parecer nº 09/1999</i> | 329 |
| CARVALHO, Vanessa Cerqueira Reis de – controle orçamentário – transparência fiscal – moralidade administrativa – normas orçamentárias – elaboração – discricionariedade da administração – princípios como mandamentos de otimização – subsidiariedade – participação política – princípio da transparência – Lei de Responsabilidade Fiscal – <i>Transparência Fiscal</i> | 88 |
| CELERIDADE PROCESSUAL – Lei nº 9.756/98 – alteração do art. 557 do CPC – ampliação dos poderes do relator – Súmula 253 do STJ – aplicação do art. 557 do CPC – reexame necessário – equiparação ao recurso – impossibilidade – equívoco do STJ – <i>Possibilidade de aplicação do artigo 557 do CPC ao reexame necessário – análise crítica da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – Rodrigo de Almeida Távora</i> | 260 |

| | |
|--|-----|
| CIDADANIA – processo administrativo – legalidade – controle – soberania – Estado Democrático de Direito – autotutela – <i>Processo Administrativo e Controle – Alice Gonzales Borges</i> | 516 |
| CÓDIGO FLORESTAL – apelação – mandado de segurança – licença de instalação de condomínio – renovação – impossibilidade – violação – anulação de ato – necessidade de licença prévia – desprovemento – <i>Resposta em recurso de apelação em mandado de segurança – O Estado em Juízo – Anna Luiza Gayoso e Almendra Prisco Paraíso</i> | 496 |
| COISA JULGADA ADMINISTRATIVA – inocorrência – repetição de indébito – ITBI – imunidade tributária – inexistência – <i>Apelação Cível nº 13.295/2000</i> | 460 |
| COISA JULGADA ILEGAL OU INCONSTITUCIONAL – MP nº 2.102-28 – CPC art. 741 – nova hipótese de embargos à execução – constitucionalidade – sentença contrária ao posicionamento do STF – inexigibilidade do título judicial – desconstituição – segurança jurídica – legalidade – isonomia – <i>Embargos Desconstitutivos – Estudos sobre sua constitucionalidade – Gustavo Rabelo Tavares Borba</i> | 79 |
| CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS – conteúdo – extensão – concretização – zonas de certeza e incerteza – controle jurisdicional – razoabilidade – hermenêutica jurídica – teorias – subjetivista – objetivista – <i>O controle judicial da concretização dos conceitos jurídicos indeterminados – José dos Santos Carvalho Filho</i> | 109 |
| CONSTITUIÇÃO – direito civil – direito civil constitucional – dicotomia – direito público – direito privado – superação – <i>A Constituição e o direito civil: reflexões sobre o direito civil constitucional – Leonardo de Andrade Mattietto</i> | 197 |
| CONTA B – BANERJ S/A – ação civil pública – Ministério Público do Trabalho – Estado – Caixa Econômica Federal – Contrato de abertura de contas, nomeação de agentes fiduciários e outros pactos – ingresso do Estado na lide – denegação – <i>Mandado de Segurança contra ato perpetrado pelo Juízo de Direito da 28ª Vara do Trabalho – O Estado em Juízo – Sérgio Luiz Barbosa Neves</i> | 489 |
| CONTE, Francesco – dívida externa – direitos dos povos – direitos humanos – princípios gerais do direito – o caso brasileiro – <i>Dívida Externa no Contexto dos Direitos dos Povos e dos Direitos Humanos</i> | 121 |
| CONTE, Francesco – Execução – quantia certa – Fazenda Pública – compensação de créditos – precatório judicial – ICMS – débito futuro – ausência de lei autorizativa – impossibilidade – observância da ordem cronológica dos precatórios – rendas da Fazenda Pública infratora – seqüestro – pagamento do débito preterido – <i>Parecer nº 01/1998</i> | 313 |
| CONTESTAÇÃO – ação ordinária proposta pelo Município do Rio de Janeiro – ICMS – Fundo de Participação dos Municípios – critério de repasse – Lei nº 2.664/96 – Lei nº 1.689/90 – isonomia – ausência de violação – competência legislativa do Estado – <i>Vanilda Fátima Maioline Hin – Contestação – Prêmio José Carlos Barbosa Moreira</i> | 533 |
| CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – rescisão – licitação – procedimentos – aumento de capital – fraude – ativo integralizado não pertencente a qualquer dos | |

| | |
|--|-----|
| sócios da sociedade – declaração de inidoneidade dos licitantes – proibição de participação em novas licitações – inquérito administrativo – ilícitos penais e administrativos – indícios – remessa ao MP – <i>Parecer conjunto nº 01/2000 – Adriana de Biase Ninho, Beatriz Sarmiento Leite do Couto e Silva e José Antônio Velasco Fichtner Pereira</i> | 269 |
| CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – cargo em comissão – dispensa de contribuição – desconto previdenciário em favor do RIOPREVIDÊNCIA – impossibilidade – <i>Parecer nº 01/2001 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i> | 291 |
| CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – servidores de cargo em comissão – dispensa de contribuição – Lei nº 285/79 – Lei nº 1.529/89 – impossibilidade jurídica – desconto previdenciário – restabelecimento – RIOPREVIDÊNCIA – <i>Parecer nº 01/2001 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i> | 291 |
| CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO – processo administrativo – CF, art. 5º, LIV e LV – regulamentação da matéria – ausência de leis especiais – Lei nº 10.177/98 – Lei nº 9.784/99 – propostas de inovação – <i>Processo administrativo e controle – Alice Gonzales Borges</i> | 516 |
| CONTROLE ORÇAMENTÁRIO – transparência fiscal – moralidade administrativa – normas orçamentárias – elaboração – discricionariedade da administração – princípios como mandamentos de otimização – subsidiariedade – participação política – princípio da transparência – Lei de Responsabilidade Fiscal – <i>Transparência Fiscal – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho</i> | 88 |
| CONVÊNIO – Estado do Rio de Janeiro – Município de Niterói – nulidade – cumprimento de obrigação – impossibilidade – meio ambiente – responsabilidade dos entes da federação Baía de Guanabara – despoluição – programa – <i>Parecer nº 01/2001 – Paulo Henrique Spilotros Costa</i> | 334 |
| CORREÇÃO MONETÁRIA – projeto de código civil de 1975 – revisão – Resolução nº 1 do Congresso Nacional – obrigações pecuniárias – índices – indexadores – UFIR – extinção – fixação de quantias em salário mínimo – extinção – atualização dos arts. 108, 227, 395, 404, 418 e 1.393 do projeto – <i>Atualização do texto do projeto de código civil no que tange às obrigações pecuniárias – Letácio de Medeiros Jansen Ferreira Júnior</i> | 191 |
| COSTA, Paulo Henrique Spilotros – Baía de Guanabara – despoluição – programa – Estado do Rio de Janeiro – Município de Niterói – convênio – nulidade – cumprimento de obrigação – impossibilidade – meio ambiente – responsabilidade dos entes da federação – <i>Parecer nº 01/2001</i> | 334 |
| COTAS DO FUNDO DE PRIVATIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – pagamento efetuado por um dos licitantes – descabimento – desconformidade com o edital licitação – permissão de uso – camarotes do estádio do Maracanã – vinculação ao instrumento convocatório – legalidade – <i>Parecer nº 01/2001 – Flávio Amaral Garcia</i> | 404 |
| COUTO E SILVA, Beatriz Sarmiento Leite do, NINHO, Adriana de Biase, FICHTNER PEREIRA José Antônio Velasco – licitação – procedimentos – aumento de capital – fraude – ativo integralizado não pertencente a qualquer dos sócios da sociedade – declaração de inidoneidade dos licitantes – proibição de participação em novas | |

licitações – inquérito administrativo – contratos administrativos – rescisão – ilícitos penais e administrativos – indícios – remessa ao MP – *Parecer conjunto nº 01/2000* 269

| | |
|--|-----|
| CRÉDITO TRIBUTÁRIO – constituição – lançamento – decadência – <i>Recurso Especial nº 119.986 – SP</i> | 439 |
| CRISE ENERGÉTICA – MP nº 2.198-4/2001 – medidas sancionatórias – empresas construtoras de usinas produtoras de energia – Lei nº 9.427/96 – isonomia – equidade – razoabilidade – interpretação das normas jurídicas – ADCMC nº 9-DF – Circular nº 45/01 – <i>A crise energética brasileira: considerações acerca da possibilidade de penalização das empresas construtoras de usinas produtoras de energia por superação da meta de consumo – Horácio Augusto Mendes de Souza</i> | 212 |
| CYNAMON, Sílvia – Mercosul – estrutura institucional – solução de controvérsias – sistema – globalização – integração econômica regional – <i>Rumo à consolidação de um sistema eficaz para a solução de controvérsia no Mercosul</i> | 137 |
| D | |
| DANO MORAL – ação de indenização – prudente arbítrio do juiz – fixação – pedido certo – formulação – exigência – preparo – diferença – recolhimento – <i>Agravo de Instrumento nº 5.505/2000</i> | 472 |
| DANOS MATERIAIS E MORAIS – incabimento – cargo em comissão – exoneração – gravidez de servidora – licença maternidade – direito à percepção – <i>Apelação Cível nº 18.095/2000</i> | 453 |
| DECADÊNCIA – crédito tributário – constituição – lançamento – <i>Recurso Especial nº 119.986 – SP</i> | 439 |
| DECRETO ESTADUAL Nº 25.955/2000 – mandado de segurança – permissão de serviço público – transporte alternativo de passageiros – licitação – ilegitimidade ativa – CF, art. 5º, XXI – ilegitimidade passiva do Estado – inadequação da via eleita – lei em tese – denegação da segurança – <i>Mandado de Segurança – O Estado em Juízo – Paulo Henrique Spilotros Costa</i> | 477 |
| DECRETO ESTADUAL Nº 25.955/2000 – permissão de serviço público – licitação – ilegitimidade ativa – CF, art. 5º, XXI – ilegitimidade passiva do Estado – inadequação da via eleita – lei em tese – denegação da segurança – <i>Mandado de Segurança – O Estado em Juízo – Paulo Henrique Spilotros Costa</i> | 477 |
| DECRETO FEDERAL Nº 2.475/98 – Lei nº 9.478/94 – Petrobrás – subsidiárias – procedimento licitatório simplificado – igualdade – adequação – <i>Decreto 2.745/98 – aplicabilidade – considerações – Andréa Ribeiro Vianna da Silva</i> | 206 |
| DESAPROPRIAÇÃO – ativos ou ações – empresas do ramo da indústria naval – possibilidade – interesse social – conveniência – oportunidade – <i>Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa – Parecer nº 04/1999 – Prêmio Diogo de Figueiredo Moreira Neto</i> | 525 |
| DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – autonomia – conceito material de descentralização administrativa – controles sobre os órgãos e entidades descentrali- | |

| | |
|--|-----|
| zados – agências reguladoras – administração pública – esgotamento do modelo centralizado e hierárquico – <i>Administração Pública Pluricêntrica</i> – Alexandre Santos de Aragão | 27 |
| DESPESA PÚBLICA – Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 15 – descumprimento – presunção de lesividade – presunção de irregularidade – presunção de não-autorização – gestão pública – respeito ao planejamento público – observância às formalidades previstas nos arts. 16 e 17 da LRF – <i>Presunção de lesividade de despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal – Breve aproximação do tema</i> – Vanice Regina Lírio do Vale | 251 |
| DESPOLUIÇÃO – Baía de Guanabara – programa – Estado do Rio de Janeiro – Município de Niterói – convênio – nulidade – cumprimento de obrigação – impossibilidade – meio ambiente – responsabilidade dos entes da federação – <i>Parecer nº 01/2001</i> – Paolo Henrique Spilotros Costa | 334 |
| DETRAN – responsabilidade civil – inexistência – ausência de causalidade – CRV – requerimento de 2ª via – chassi adulterado – carro vistoriado regularmente – alienante – responsabilidade – danos sofridos pelo comprador – <i>Apelação Cível nº 5.409/2000</i> .. | 458 |
| DICOTOMIA – direito público – direito privado – superação – constituição – direito civil – direito civil constitucional – <i>A Constituição e o direito civil: reflexões sobre o direito civil constitucional</i> – Leonardo de Andrade Mattietto | 197 |
| DIREITO CIVIL – direito civil constitucional – constituição – dicotomia – direito público – direito privado – superação – <i>A Constituição e o direito civil: reflexões sobre o direito civil constitucional</i> – Leonardo de Andrade Mattietto | 197 |
| DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL – direito civil – constituição – dicotomia – direito público – direito privado – superação <i>A Constituição e o direito civil: reflexões sobre o direito civil constitucional</i> – Leonardo de Andrade Mattietto | 197 |
| DIREITOS DOS POVOS – direitos humanos – dívida externa – princípios gerais do direito – o caso brasileiro – <i>Dívida Externa no Contexto dos Direitos dos Povos e dos Direitos Humanos</i> – Francesco Conte | 121 |
| DIREITOS HUMANOS – direitos dos povos – dívida externa – princípios gerais do direito – o caso brasileiro – <i>Dívida Externa no Contexto dos Direitos dos Povos e dos Direitos Humanos</i> – Francesco Conte | 121 |
| DIREITOS SOCIAIS – implementação pelo Estado – programa de integração dos jovens à sociedade – princípios constitucionais aplicáveis – atuação do Estado – possibilidade e limites – contratação de terceiro para operacionalizar o programa – requisitos – <i>Parecer nº 09/2000</i> – Sérgio Luiz Barbosa Neves | 279 |
| DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO – controle orçamentário – transparência fiscal – moralidade administrativa – normas orçamentárias – elaboração – princípios como mandamentos de otimização – subsidiariedade – participação política – princípio da transparência – Lei de Responsabilidade Fiscal – <i>Transparência Fiscal</i> – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho | 88 |
| DISPENSA DE CONTRIBUIÇÃO – contribuição previdenciária – servidores de cargo em comissão – Lei nº 285/79 – Lei nº 1.529/89 – impossibilidade jurídica – | |

desconto previdenciário – restabelecimento – RIOPREVIDÊNCIA – *Parecer nº 01/2001* – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa

| | |
|---|-----|
| DISSIMULAÇÃO – simulação – elisão – evasão fiscal – princípios constitucionais – aumento da arrecadação – direito comparado – modelo brasileiro – administração tributária – política fiscal – efeitos na economia do país – <i>A norma antielisão e seus efeitos</i> – artigo 116, parágrafo único, CTN – André Luiz Carvalho Estrella | 161 |
| DÍVIDA EXTERNA – direitos dos povos – direitos humanos – princípios gerais do direito – o caso brasileiro – <i>Dívida Externa no Contexto dos Direitos dos Povos e dos Direitos Humanos</i> – Francesco Conte | 121 |
| DOG MÁTICA JURÍDICA TRADICIONAL – superação – busca da razão possível – teoria crítica do direito – jusnaturalismo – ascensão e decadência – positivismo jurídico – ascensão e decadência – pós-positivismo – normatividade dos princípios – ascensão científica e política do direito constitucional no Brasil – <i>Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional Brasileiro a pós-modernidade e o direito</i> – Luís Roberto Barroso | 47 |

E

| | |
|--|-----|
| ELISÃO – evasão fiscal – princípios constitucionais – aumento da arrecadação – simulação – dissimulação – direito comparado – modelo brasileiro – administração tributária – política fiscal – efeitos na economia do país. <i>A norma antielisão e seus efeitos</i> – artigo 116, parágrafo único, CTN – André Luiz Carvalho Estrella | 161 |
| EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – omissão – art. 535 do CPC – servidor público – gratificação – encargos especiais – <i>Recurso Especial nº 285.666-RJ</i> | 443 |
| EMBARGOS DE DEVEDOR – Fazenda Pública – prazo – art. 730 do CPC – alteração – Medida Provisória nº 1.984 – força de lei – art. 62 da Constituição Federal – <i>Apelação Cível nº 20.277/2000</i> | 465 |
| EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98 – tempo fictício – contagem – férias – licenças – vedação do cômputo para efeito de aposentadoria – <i>Parecer nº 01/2000</i> – Fabiana Andrada do Amaral Rudge | 326 |
| EMPRESAS CONSTRUTORAS DE USINAS PRODUTORAS DE ENERGIA – crise energética – MP nº 2.198-4/2001 – medidas sancionatórias – Lei nº 9.427/96 – isonomia – equidade – razoabilidade – interpretação das normas jurídicas – ADCMC nº 9-DF – circular nº 45/01 – <i>A crise energética brasileira: considerações acerca da possibilidade de penalização das empresas construtoras de usinas produtoras de energia por superação da meta de consumo</i> – Horácio Augusto Mendes de Souza | 212 |
| ENCARGOS ESPECIAIS – servidor público – gratificação – omissão – embargos de declaração – art. 535 do CPC – <i>Recurso Especial nº 285.666-RJ</i> | 443 |
| ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS – encargos trabalhistas – licitação – interesse público – indisponibilidade – poder de polícia – legalidade – razoabilidade – <i>Da Inexistência de Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nas Terceirizações</i> – Flávio Amaral Garcia | 184 |

| | |
|--|-----|
| ENCARGOS TRABALHISTAS – encargos previdenciários – licitação – interesse público – indisponibilidade – poder de polícia – legalidade – razoabilidade – <i>Da Inexistência de Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nas Terceirizações</i> – Flávio Amaral Garcia | 184 |
| EQUIDADE – isonomia – razoabilidade – crise energética – MP nº 2.198-4/2001 – medidas sancionatórias – empresas construtoras de usinas produtoras de energia – Lei nº 9.427/96 – interpretação das normas jurídicas – ADCMC nº 9-DF – Circular nº 45/01 – <i>A crise energética brasileira: considerações acerca da possibilidade de penalização das empresas construtoras de usinas produtoras de energia por superação da meta de consumo</i> – Horácio Augusto Mendes de Souza | 212 |
| ESPÉCIES NORMATIVAS INFRACONSTITUCIONAIS – hierarquia – hierarquia proposta – sistema – características essenciais – supremacia da Constituição – ordem jurídica – estrutura escalonada – validade das normas que compõem o sistema normativo – <i>O princípio da Reserva de Lei Complementar e a hierarquia entre as espécies normativas</i> – Rodrigo Borges Valadão | 226 |
| ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – autotutela – processo administrativo – legalidade – controle – cidadania – soberania – <i>Processo Administrativo e Controle</i> – Alice Gonzales Borges | 516 |
| ESTRELLA, André Luiz Carvalho – elisão – evasão fiscal – princípios constitucionais – aumento da arrecadação – simulação – dissimulação – direito comparado – modelo brasileiro – administração tributária – política fiscal – efeitos na economia do país. <i>A norma antielisão e seus efeitos</i> – artigo 116, parágrafo único, CTN | 161 |
| EVASÃO FISCAL – elisão – princípios constitucionais – aumento da arrecadação – simulação – dissimulação – direito comparado – modelo brasileiro – administração tributária – política fiscal – efeitos na economia do país. <i>A norma antielisão e seus efeitos</i> – artigo 116, parágrafo único, CTN – André Luiz Carvalho Estrella | 161 |
| EXECUÇÃO – quantia certa – Fazenda Pública – compensação de créditos – precatório judicial – ICMS – débito futuro – ausência de lei autorizativa – impossibilidade – observância da ordem cronológica dos precatórios – rendas da Fazenda Pública infratora – seqüestro – pagamento do débito preterido – <i>Parecer nº 01/1998</i> – Francesco Conte | 313 |
| EXONERAÇÃO – cargo em comissão – gravidez de servidora – licença maternidade – direito à percepção – danos materiais e morais – incabimento – <i>Apelação Cível nº 18.095/2000</i> | 453 |
| F | |
| FAZENDA PÚBLICA – embargos de devedor – prazo – art. 730 do CPC – alteração – Medida Provisória nº 1.984 – força de lei – art. 62 da Constituição Federal – <i>Apelação Cível nº 20.277/2000</i> | 465 |
| FAZENDA PÚBLICA – Execução – quantia certa – compensação de créditos – precatório judicial – ICMS – débito futuro – ausência de lei autorizativa – impossibilidade – observância da ordem cronológica dos precatórios – rendas da Fazenda | |

| | |
|---|-----|
| Pública infratora – seqüestro – pagamento do débito preterido – <i>Parecer nº 01/1998</i> – Francesco Conte | 313 |
| FAZENDA PÚBLICA – reexame necessário – relator – possibilidade – inteligência do – novo – artigo 557 do CPC – <i>Recurso Especial nº 289.958-PR</i> | 447 |
| FÉRIAS – licenças – tempo fictício – contagem – Emenda Constitucional nº 20/98 – vedação do cômputo para efeito de aposentadoria – <i>Parecer nº 01/2000</i> – Fabiana Andrada do Amaral Rudge | 326 |
| FICHTNER PEREIRA, José Antônio Velasco, NINHO, Adriana de Biase, e SILVA, Beatriz Sarmento Leite do Couto e – licitação – procedimentos – aumento de capital – fraude – ativo integralizado não pertencente a qualquer dos sócios da sociedade – declaração de inidoneidade dos licitantes – proibição de participação em novas licitações – inquérito administrativo – contratos administrativos – rescisão – ilícitos penais e administrativos – indícios – remessa ao MP – <i>Parecer conjunto nº 01/2000</i> | 269 |
| FORÇA POLICIAL – atuação – ação preventiva e repressiva – meio ambiente – condutas atentatórias – limites – <i>Parecer nº 02/2001</i> – Vittorio Constantino Provenza | 376 |
| FRAUDE – licitação – procedimentos – aumento de capital – ativo integralizado não pertencente a qualquer dos sócios da sociedade – declaração de inidoneidade dos licitantes – proibição de participação em novas licitações – inquérito administrativo – contratos administrativos – rescisão – ilícitos penais e administrativos – indícios – remessa ao MP – <i>Parecer conjunto nº 01/2000</i> – Adriana de Biase Ninho, Beatriz Sarmento Leite do Couto e Silva e José Antônio Velasco Fichtner Pereira | 269 |
| FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – ICMS – critério de repasse – Lei nº 2.664/96 – Lei nº 1.689/90 – isonomia – ausência de violação – competência legislativa do Estado – <i>Contestação – Ação Ordinária proposta pelo Município do Rio De Janeiro Vanilda Fátima Maioline Hin – Prêmio José Carlos Barbosa Moreira</i> | 533 |
| G | |
| GAMA E SOUZA JR., Lauro da, e VELLOSO, João Manoel de Almeida – Peugeot-Citröen do Brasil S.A. – participação minoritária do Estado do Rio de Janeiro – alienação – Lei nº 2.470/95 – Programa Estadual de Desestatização – inaplicabilidade – acordo de acionistas – submissão das partes – renegociação de cláusulas – <i>Parecer conjunto nº 01/2001</i> | 341 |
| GARCIA, Flávio Amaral – licitação – permissão de uso – camarotes do estádio do Maracanã – pagamento efetuado por um dos licitantes – Cotas do Fundo de Privatização do Estado do Rio de Janeiro – descabimento – desconformidade com o edital – vinculação ao instrumento convocatório – legalidade – <i>Parecer nº 01/2001</i> | 404 |
| GARCIA, Flávio Amaral – encargos trabalhistas – encargos previdenciários – licitação – interesse público – indisponibilidade – poder de polícia – legalidade – razoabilidade – <i>Da Inexistência de Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nas Terceirizações</i> | 184 |

GESTÃO PÚBLICA – Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 15 – despesa pública – descumprimento – presunção de lesividade – presunção de irregularidade – presunção de não-autorização – respeito ao planejamento público – observância às formalidades previstas nos arts. 16 e 17 da LRF – *Presunção de lesividade de despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal – Breve aproximação do tema – Vanice Regina Lúrio do Valle* 251

GLOBALIZAÇÃO – Mercosul – estrutura institucional – solução de controvérsias – sistema – integração econômica regional – *Rumo à consolidação de um sistema eficaz para a solução de controvérsia no Mercosul – Sílvia Cynamon* 137

GRATIFICAÇÃO – servidor público – encargos especiais – omissão – embargos de declaração – art. 535 do CPC – *Recurso Especial nº 285.666-RJ* 443

H

HERMENÊUTICA JURÍDICA – teorias – subjetivista – objetivista – conceitos jurídicos indeterminados – conteúdo – extensão – concretização – zonas de certeza e incerteza – controle jurisdicional – razoabilidade – *O controle judicial da concretização dos conceitos jurídicos indeterminados – José dos Santos Carvalho Filho* 109

HIERARQUIA – hierarquia proposta – espécies normativas infraconstitucionais – sistema – características essenciais – supremacia da constituição – ordem jurídica – estrutura escalonada – validade das normas que compõem o sistema normativo – *O princípio da Reserva de Lei Complementar e a hierarquia entre as espécies normativas – Rodrigo Borges Valadão* 226

HIN, Vanilda Fátima Maioline – ICMS – Fundo de Participação dos Municípios – critério de repasse – Lei nº 2.664/96 – Lei nº 1.689/90 – isonomia – ausência de violação – competência legislativa do Estado – *Contestação – Ação Ordinária Proposta pelo Município do Rio de Janeiro – Prêmio José Carlos Barbosa Moreira* 533

I

ICMS – Execução – quantia certa – Fazenda Pública – compensação de créditos – precatório judicial – débito futuro – ausência de lei autorizativa – impossibilidade – observância da ordem cronológica dos precatórios – rendas da Fazenda Pública infratora – seqüestro – pagamento do débito preterido – *Parecer nº 01/1998 – Francesco Conte* 313

ICMS – Fundo de Participação dos Municípios – critério de repasse – Lei nº 2.664/96 – Lei nº 1.689/90 – isonomia – ausência de violação – competência legislativa do Estado – *Contestação – Ação Ordinária proposta pelo Município do Rio de Janeiro – Prêmio José Carlos Barbosa Moreira – Vanilda Fátima Maioline Hin* 533

ICMS – municípios – arrecadação – critério de participação – Constituição Federal, art. 158, parágrafo único, inciso I – Lei Complementar nº 63, art. 3º, inciso I e §1º – valor adicionado – alteração do valor de lei complementar – descabimento – *Parecer nº 04/2000 – Sérgio Eduardo dos Santos Pyrrho* 296

ICMS – substituição tributária – base de cálculo – reserva legal – margem de lucro – critérios de fixação – *Parecer nº 02/2000 – Vera Lúcia Kirdeiko* 301

IGUALDADE – Lei nº 9.478/94 – Decreto nº 2.475/98 – Petrobrás – subsidiárias – procedimento licitatório simplificado – adequação – *Decreto 2.745/98 – aplicabilidade – considerações – Andréa Ribeiro Vianna da Silva* 206

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – repetição de indébito – ITBI – inexistência – coisa julgada administrativa – inocorrência – *Apelação Cível nº 13.295/2000* 460

INATIVOS – análise – Projeto de Lei nº 1.486/2000 – piso salarial – pensionistas – tratamento isonômico – servidores ativos – compatibilidade – ordenamento jurídico constitucional – *Parecer nº 02/2000 – Elayne Maria Sampaio Rodrigues Mahler* ... 390

INDISPONIBILIDADE – licitação – interesse público – encargos trabalhistas – encargos previdenciários – poder de polícia – legalidade – razoabilidade – *Da Inexistência de Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nas Terceirizações – Flávio Amaral Garcia* 184

INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO JUDICIAL – MP nº 2.102-28 – CPC art. 741 – nova hipótese de embargos à execução – constitucionalidade – sentença contrária ao posicionamento do STF – coisa julgada ilegal ou inconstitucional – desconstituição – segurança jurídica – legalidade – isonomia – *Embargos Desconstituitivos – Estudos sobre sua constitucionalidade – Gustavo Rabelo Tavares Borba* 79

INQUÉRITO ADMINISTRATIVO – declaração de inidoneidade dos licitantes – proibição de participação em novas licitações – licitação – procedimentos – aumento de capital – fraude – ativo integralizado não pertencente a qualquer dos sócios da sociedade – contratos administrativos – rescisão – ilícitos penais e administrativos – indícios – remessa ao MP – *Parecer conjunto nº 01/2000 – Adriana de Biase Ninho, Beatriz Sarmento Leite do Couto e Silva e José Antônio Velasco Fichtner Pereira* 269

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL – Mercosul – estrutura institucional – solução de controvérsias – sistema – globalização – *Rumo à consolidação de um sistema eficaz para a solução de controvérsia no Mercosul – Sílvia Cynamon* ... 137

INTERESSE PÚBLICO – licitação – indisponibilidade – encargos trabalhistas – encargos previdenciários – poder de polícia – legalidade – razoabilidade – *Da Inexistência de Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nas Terceirizações – Flávio Amaral Garcia* 184

INTERESSE SOCIAL – desapropriação – ativos ou ações – empresas do ramo da indústria naval – possibilidade – conveniência – oportunidade – *Luis Alberto Miranda Garcia de Sousa – Parecer nº 04/1999 – Prêmio Diogo de Figueiredo Moreira Neto* 525

ISONOMIA – MP nº 2.102-28 – CPC art. 741 – nova hipótese de embargos à execução – constitucionalidade – inexigibilidade do título judicial – sentença contrária ao posicionamento do STF – coisa julgada ilegal ou inconstitucional – desconstituição – segurança jurídica – legalidade – *Embargos Desconstituitivos – Estudos sobre sua constitucionalidade – Gustavo Rabelo Tavares Borba* 79

ISONOMIA – Constituição Federal, art. 5º; art. 22, I e XVI; art. 37, I – servidor público – requisitos para ingresso – Lei Complementar nº 81/93, do Estado de Santa Catarina – *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.326-2-SC* 431

ISONOMIA – equidade – razoabilidade – crise energética – MP nº 2.198-4/2001 – medidas sancionatórias – empresas construtoras de usinas produtoras de energia – Lei nº 9.427/96 – interpretação das normas jurídicas – ADCMC nº 9-DF – Circular nº 45/01 – *A crise energética brasileira: considerações acerca da possibilidade de penalização das empresas construtoras de usinas produtoras de energia por superação da meta de consumo* – *Horácio Augusto Mendes de Souza* 212

ISONOMIA – servidor público – constitucional – administrativo – requisitos para ingresso – Lei Complementar 81/93, do Estado de Santa Catarina – CF, art. 5º, art. 22, I e XVI; art. 37, I – *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.326-2-SC* 431

ITBI – repetição de indébito – imunidade tributária – inexistência – coisa julgada administrativa – incoerência – *Apelação Cível nº 13.295/2000* 460

J

JANSEN FERREIRA JR., Letácio de Medeiros – Projeto de Código Civil de 1975 – revisão – Resolução nº 1, do Congresso Nacional – obrigações pecuniárias – correção monetária – índices – indexadores – UFIR – extinção – fixação de quantias em salário mínimo – extinção – atualização dos arts. 108, 227, 395, 404, 418 e 1.393 do projeto – *Atualização do texto do projeto de código civil no que tange às obrigações pecuniárias* 191

JUSNATURALISMO – ascensão e decadência – dogmática jurídica tradicional – superação – busca da razão possível – teoria crítica do direito – positivismo jurídico – ascensão e decadência – pós-positivismo – normatividade dos princípios – ascensão científica e política do direito constitucional no Brasil – *Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional Brasileiro (a pós-modernidade, teoria crítica e pós positivismo)* – *Luís Roberto Barroso* 47

K

KIRDEIKO, Vera Lúcia – ICMS – substituição tributária – base de cálculo – reserva legal – margem de lucro – critérios de fixação – *Parecer nº 02/2000* 301

L

LANÇAMENTO – decadência – crédito tributário – constituição – *Recurso Especial nº 119.986 – SP* 439

LEGALIDADE – licitação – permissão de uso – camarotes do estádio do Maracanã – pagamento efetuado por um dos licitantes – Cotas do Fundo de Privatização do Estado do Rio de Janeiro – descabimento – desconformidade com o edital – vinculação ao instrumento convocatório – *Parecer nº 01/2001 – Flávio Amaral Garcia* 404

LEGALIDADE – MP nº 2.102-28 – CPC art. 741 – nova hipótese de embargos à execução – constitucionalidade – inexigibilidade do título judicial – sentença contrária ao posicionamento do STF – coisa julgada ilegal ou inconstitucional – desconstituição – segurança jurídica – isonomia – *Embargos Desconstitutivos – Estudos sobre sua constitucionalidade – Gustavo Rabelo Tavares Borba* 79

LEGALIDADE – processo administrativo – controle – cidadania – soberania – Estado Democrático de Direito – autotutela – *Processo Administrativo e Controle – Alice Gonzales Borges* 516

LEGALIDADE – razoabilidade – encargos trabalhistas – encargos previdenciários – licitação – interesse público – indisponibilidade – poder de polícia – *Da Inexistência de Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nas Terceirizações – Flávio Amaral Garcia* 184

LEI COMPLEMENTAR Nº 63, ART. 3º, INCISO I E §1º – ICMS – municípios – arrecadação – critério de participação – Constituição Federal, art. 158, parágrafo único, inciso I – valor adicionado – alteração do valor de lei complementar – descabimento – *Parecer nº 04/2000 – Sérgio Eduardo Pyrrho* 296

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – art. 15 – despesa pública – descumprimento – presunção de lesividade – presunção de irregularidade – presunção de não-autorização – gestão pública – respeito ao planejamento público – observância às formalidades previstas nos arts. 16 e 17 da LRF – *Presunção de lesividade de despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal – Breve aproximação do tema – Vanice Regina Lário do Vale* 251

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – controle orçamentário – transparência fiscal – moralidade administrativa – normas orçamentárias – elaboração – discricionariedade da administração – princípios como mandamentos de otimização – subsidiariedade – participação política – princípio da transparência – *Transparência Fiscal – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho* 88

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Estado – Previ-Rio – transação – análise preliminar – processo administrativo – deficiência de instrução – *Parecer nº 10/2000 – Renan Miguel Saad* 371

LEI Nº 1.529/89 – Lei nº 285/79 – contribuição previdenciária – servidores de cargo em comissão – dispensa de contribuição – impossibilidade jurídica – desconto previdenciário – restabelecimento – RIOPREVIDÊNCIA – *Parecer nº 01/2001 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa* 291

LEI Nº 10.177/98 – processo administrativo – CF, art. 5º, LIV e LV – controle da administração – regulamentação da matéria – ausência de leis especiais – Lei nº 9.784/99 – propostas de inovação – *Processo administrativo e controle – Alice Gonzales Borges* 516

LEI Nº 2.470/95 – Programa Estadual de Desestatização – inaplicabilidade Peugeot-Citröen do Brasil S.A. – participação minoritária do Estado do Rio de Janeiro – alienação – acordo de acionistas – submissão das partes – renegociação de cláusulas – *Parecer conjunto nº 01/2001 – Lauro da Gama e Souza Junior e João Manoel de Almeida Velloso* 341

LEI Nº 285/79 – Lei nº 1.529/89 – contribuição previdenciária – servidores de cargo em comissão – dispensa de contribuição – impossibilidade jurídica – desconto previdenciário – restabelecimento – RIOPREVIDÊNCIA – *Parecer nº 01/2001 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa* 291

| | |
|--|-----|
| LEI Nº 6.404, ART. 129, CAPUT E §2º – assembléias gerais ordinárias – assentadas no mesmo dia, local e hora – impossibilidade – livro de transcrição das Atas das Assembléias Gerais – apresentação – quorum de deliberação – ações preferenciais – esferas administrativa e judicial – independência – <i>Parecer nº 07/2000 – Alcir da Silva</i> | 409 |
| LEI Nº 9.427/96 – crise energética – MP nº 2.198-4/2001 – medidas sancionatórias – empresas construtoras de usinas produtoras de energia – isonomia – equidade – razoabilidade – interpretação das normas jurídicas – ADCMC nº 9-DF – circular nº 45/01 – <i>A crise energética brasileira: considerações acerca da possibilidade de penalização das empresas construtoras de usinas produtoras de energia por superação da meta de consumo – Horácio Augusto Mendes de Souza</i> | 212 |
| LEI Nº 9.478/94 – Decreto nº 2.475/98 – Petrobrás – subsidiárias – procedimento licitatório simplificado – igualdade – adequação – <i>Decreto 2.745/98 – aplicabilidade – considerações – Andréa Ribeiro Vianna da Silva</i> | 206 |
| LEI Nº 9.784/99 – processo administrativo – CF, art. 5º, LIV e LV – controle da administração – regulamentação da matéria – ausência de leis especiais – Lei nº 10.177/98 – propostas de inovação – <i>Processo administrativo e controle – Alice Gonzales Borges</i> | 516 |
| LEI Nº 9.756/98 – alteração do art. 557 do CPC – celeridade processual – ampliação dos poderes do relator – Súmula 253 do STJ – aplicação do art. 557 do CPC – reexame necessário – equiparação ao recurso – impossibilidade – equívoco do STJ – <i>Posibilidade de aplicação do artigo 557 do CPC ao reexame necessário – análise crítica da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – Rodrigo de Almeida Távora</i> | 260 |
| LICENÇA MATERNIDADE – gravidez de servidora – direito à percepção – cargo em comissão – exoneração – danos materiais e morais – incabimento – <i>Apelação Cível nº 18.095/2000</i> | 453 |
| LICENÇAS – tempo fictício – contagem – férias – Emenda Constitucional nº 20/98 – vedação do cômputo para efeito de aposentadoria – <i>Parecer nº 01/2000 – Fabiana Andrada do Amaral Rudge</i> | 326 |
| LICITAÇÃO – interesse público – indisponibilidade – encargos trabalhistas – encargos previdenciários – poder de polícia – legalidade – razoabilidade – <i>Da Inexistência de Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nas Terceirizações – Flávio Amaral Garcia</i> | 184 |
| LICITAÇÃO – mandado de segurança – Decreto estadual nº 25.955/2000 – permissão de serviço público – transporte alternativo de passageiros – ilegitimidade ativa – CF, art. 5º, XXI – ilegitimidade passiva do Estado – inadequação da via eleita – lei em tese – denegação da segurança – <i>Mandado de Segurança – O Estado em Juízo – Paulo Henrique Spilotros Costa</i> | 477 |
| LICITAÇÃO – permissão de uso – camarotes do estádio do Maracanã – pagamento efetuado por um dos licitantes – Cotas do Fundo de Privatização do Estado do Rio de Janeiro – descabimento – desconformidade com o edital – vinculação ao instrumento convocatório – legalidade – <i>Parecer nº 01/2001 – Flávio Amaral Garcia</i> | 404 |

| | |
|--|-----|
| LICITAÇÃO – procedimentos – aumento de capital – fraude – ativo integralizado não pertencente a qualquer dos sócios da sociedade – declaração de inidoneidade dos licitantes – proibição de participação em novas licitações – inquérito administrativo – contratos administrativos – rescisão – ilícitos penais e administrativos – indícios – remessa ao MP – <i>Parecer conjunto nº 01/2000 – Adriana de Biase Ninho, Beatriz Sarmiento Leite do Couto e Silva e José Antônio Velasco Fichtner Pereira</i> | 269 |
|--|-----|

M

| | |
|--|-----|
| MAHLER, Elayne Maria Sampaio Rodrigues – análise – Projeto de Lei nº 1.486/2000 – piso salarial pensionistas – inativos – tratamento isonômico – servidores ativos – compatibilidade – ordenamento jurídico constitucional – <i>Parecer nº 02/2000</i> | 390 |
| MAHLER, Elayne Maria Sampaio Rodrigues – pecúlio <i>post mortem</i> – pagamento ineficaz pela Autarquia Previdenciária – dúvida quanto ao verdadeiro legitimado – possibilidade – liberação do devedor da obrigação – ação de consignação em pagamento – <i>Parecer nº 01/2000</i> | 398 |
| MANDADO DE SEGURANÇA – apelação – licença de instalação de condomínio – renovação – impossibilidade – violação – Código Florestal – anulação de ato – necessidade de licença prévia – desprovemento – <i>Resposta em recurso de apelação em mandado de segurança – O Estado em Juízo – Anna Luiza Gayoso e Almendra Prisco Paraiso</i> | 496 |
| MANDADO DE SEGURANÇA – Decreto estadual nº 25.955/2000 – permissão de serviço público – transporte alternativo de passageiros – licitação – ilegitimidade ativa – CF, art. 5º, XXI, ilegitimidade passiva do Estado – inadequação da via eleita – lei em tese – denegação da segurança – <i>Mandado de Segurança – O Estado em Juízo – Paulo Henrique Spilotros Costa</i> | 477 |
| MATTIETTO, Leonardo de Andrade – direito público – direito privado – dicotomia – superação – constituição – direito civil – direito civil constitucional – <i>A Constituição e o direito civil: reflexões sobre o direito civil constitucional</i> | 197 |
| MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.984 – força de lei – art. 62 da Constituição Federal – embargos de devedor – Fazenda Pública – prazo – art. 730 do CPC – alteração – <i>Apelação Cível nº 20.277/2000</i> | 465 |
| MEIO AMBIENTE – condutas atentatórias – limites – força policial – atuação – ação preventiva e repressiva – <i>Parecer nº 02/2001 – Vittorio Constantino Provenza</i> | 376 |
| MEIO AMBIENTE – responsabilidade dos entes da federação – Baía de Guanabara – despoluição – programa – Estado do Rio de Janeiro – Município de Niterói – convênio – nulidade – cumprimento de obrigação – impossibilidade – <i>Parecer nº 01/2001 – Paulo Henrique Spilotros Costa</i> | 334 |
| MERCOSUL – estrutura institucional – solução de controvérsias – sistema – globalização – integração econômica regional – <i>Rumo à consolidação de um sistema eficaz para a solução de controvérsia no Mercosul – Sílvia Cynamon</i> | 137 |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – ação civil pública – Estado – Caixa Econômica Federal – contrato de abertura de contas, nomeação de agentes fiduciários | |

e outros pactos – Conta B – BANERJ S/A – ingresso do Estado na lide – denegação – Mandado de Segurança contra ato perpetrado pelo Juízo de Direito da 28ª Vara do Trabalho – O Estado em Juízo – Sérgio Luiz Barbosa Neves 489

MORALIDADE ADMINISTRATIVA – controle orçamentário – transparência fiscal – normas orçamentárias – elaboração – discricionariedade da administração – princípios como mandamentos de otimização – subsidiariedade – participação política – princípio da transparência – Lei de Responsabilidade Fiscal – *Transparência Fiscal – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho* 88

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198-4/2001 – crise energética – medidas sancionatórias – empresas construtoras de usinas produtoras de energia – Lei nº 9.427/96 – isonomia – equidade – razoabilidade – interpretação das normas jurídicas – ADCMC nº 9-DF – Circular nº 45/01 – *A crise energética brasileira: considerações acerca da possibilidade de penalização das empresas construtoras de usinas produtoras de energia por superação da meta de consumo – Horácio Augusto Mendes de Souza* 212

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.102-28 – CPC art. 741 – nova hipótese de embargos à execução – constitucionalidade – inexigibilidade do título judicial – sentença contrária ao posicionamento do STF – coisa julgada ilegal ou inconstitucional – desconstituição – segurança jurídica – legalidade – isonomia – *Embargos Desconstituitivos – Estudos sobre sua constitucionalidade – Gustavo Rabelo Tavares Borba* 79

MUNICÍPIOS – ICMS – arrecadação – critério de participação – Constituição Federal, art. 158, parágrafo único, inciso I – Lei Complementar nº 63, art. 3º, inciso I e §1º – valor adicionado – alteração do valor de lei complementar – descabimento – *Parecer nº 04/2000 – Sérgio Eduardo dos Santos Pyrrho* 296

N

NEVES, Sérgio Luiz Barbosa – ação civil pública – Ministério Público do Trabalho – Estado – Caixa Econômica Federal – Contrato de abertura de contas, nomeação de agentes fiduciário e outros pactos – Conta B – BANERJ S/A – ingresso do Estado na lide – denegação – *Mandado de Segurança contra ato perpetrado pelo Juízo de Direito da 28ª Vara do Trabalho – O Estado em Juízo* 489

NEVES, Sérgio Luiz Barbosa – direitos sociais – implementação pelo Estado – programa de integração dos jovens à sociedade – princípios constitucionais aplicáveis – atuação do Estado – possibilidade e limites – contratação de terceiro para operacionalizar o programa – requisitos – *Parecer nº 09/2000* 279

NINHO, Adriana de Biase, SILVA, Beatriz Sarmento Leite do Couto, e FICHTNER PEREIRA, José Antônio Velasco – licitação – procedimentos – aumento de capital – fraude – ativo integralizado não pertencente a qualquer dos sócios da sociedade – declaração de inidoneidade dos licitantes – proibição de participação em novas licitações – inquérito administrativo – contratos administrativos – rescisão – ilícitos penais e administrativos – indícios – remessa ao MP – *Parecer conjunto nº 01/2000* 269

NORMAS ORÇAMENTÁRIAS – controle orçamentário – transparência fiscal – moralidade administrativa – elaboração – discricionariedade da administração – princípios como mandamentos de otimização – subsidiariedade – participação

política – princípio da transparência – Lei de Responsabilidade Fiscal – *Transparência Fiscal – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho* 88

O

ORDENAMENTO JURÍDICO CONSTITUCIONAL – análise – Projeto de Lei nº 1.486/2000 – piso salarial – pensionistas – inativos – tratamento isonômico – servidor ativo – compatibilidade – *Parecer nº 02/2000 – Elayne Maria Sampaio Rodrigues Mahler* 390

P

PARAÍSO, Anna Luiza Gayoso e Almendra Prisco – apelação – mandado de segurança – licença de instalação de condomínio – renovação – impossibilidade – violação – Código Florestal – anulação de ato – necessidade de licença prévia – desprovisionamento – *Resposta em recurso de apelação em mandado de segurança – O Estado em Juízo* 496

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA – controle orçamentário – transparência fiscal – moralidade administrativa – normas orçamentárias – elaboração – discricionariedade da administração – princípios como mandamentos de otimização – subsidiariedade – princípio da transparência – Lei de Responsabilidade Fiscal – *Transparência Fiscal – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho* 88

PECÚLIO POST MORTEM – pagamento ineficaz pela Autarquia Previdenciária – dívida quanto ao verdadeiro legitimado – possibilidade – liberação do devedor da obrigação – ação de consignação em pagamento – *Parecer nº 01/2000 – Elayne Maria Sampaio Rodrigues Mahler* 398

PENSIONISTAS – análise – Projeto de Lei nº 1.486/2000 – piso salarial – inativos – tratamento isonômico – servidores ativos – compatibilidade – ordenamento jurídico constitucional – *Parecer nº 02/2000 – Elayne Maria Sampaio Rodrigues Mahler* ... 390

PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO – mandado de segurança – Decreto estadual nº 25.955/2000 – transporte alternativo de passageiros – licitação – ilegitimidade ativa – CF, art. 5º, XXI – ilegitimidade passiva do Estado – inadequação da via eleita – lei em tese – denegação da segurança – *Mandado de Segurança – O Estado em Juízo – Paulo Henrique Spilotros Costa* 477

PERMISSÃO DE USO – licitação – camarotes do estádio do Maracanã – pagamento efetuado por um dos licitantes – Cotas do Fundo de Privatização do Estado do Rio de Janeiro – descabimento – desconformidade com o edital – vinculação ao instrumento convocatório – legalidade – *Parecer nº 01/2001 – Flávio Amaral Garcia* 404

PETROBRÁS – Decreto nº 2.475/98 – Lei nº 9.478/94 – subsidiárias – procedimento licitatório simplificado – igualdade – adequação – *Decreto 2.745/98 – aplicabilidade – considerações – Andréa Ribeiro Vianna da Silva* 206

PEUGEOT-CITRÖEN DO BRASIL S.A. – participação minoritária do Estado do Rio de Janeiro – alienação – Lei nº 2.470/95 – Programa Estadual de Desestatização – inaplicabilidade – acordo de acionistas – submissão das partes – renegociação de cláusulas – *Parecer conjunto nº 01/2001 – Lauro da Gama e Souza Junior e João Manoel de Almeida Velloso* 341

| | |
|--|-----|
| PISO SALARIAL – análise – Projeto de Lei nº 1.486/2000 – pensionistas – inativos – tratamento isonômico – servidores ativos – compatibilidade – ordenamento jurídico constitucional – <i>Parecer nº 02/2000 – Elayne Maria Sampaio Rodrigues Mahler...</i> | 390 |
| PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO – dispositivos constitucionais – compatibilidade com demais dispositivos da Constituição Federal – verificação – impossibilidade – <i>Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 997-4-RS</i> | 419 |
| PODER DE POLÍCIA – encargos trabalhistas – encargos previdenciários – licitação – interesse público – indisponibilidade – legalidade – <i>Da Inexistência de Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nas Terceirizações – Flávio Amaral Garcia</i> | 184 |
| POLÍTICA FISCAL – efeitos na economia do país – elisão – evasão fiscal – princípios constitucionais – aumento da arrecadação – simulação – dissimulação – direito comparado – modelo brasileiro – administração tributária – <i>A norma antielisão e seus efeitos – artigo 116, parágrafo único, CTN – André Luiz Carvalho Estrella</i> | 161 |
| POSITIVISMO JURÍDICO – ascensão e decadência – dogmática jurídica tradicional – superação – busca da razão possível – teoria crítica do direito – jusnaturalismo – ascensão e decadência – pós-positivismo – normatividade dos princípios – ascensão científica e política do direito constitucional no Brasil – <i>Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional Brasileiro (a pós-modernidade e o direito) – Luís Roberto Barroso</i> | 47 |
| PÓS-POSITIVISMO – normatividade dos princípios – ascensão científica e política do direito constitucional no Brasil – dogmática jurídica tradicional – superação – busca da razão possível – teoria crítica do direito – jusnaturalismo – ascensão e decadência – positivismo jurídico – ascensão e decadência – <i>Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional Brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós positivismo) – Luís Roberto Barroso</i> | 47 |
| POSSE – transferência – natureza – serviço público – bens vinculados – <i>Parecer nº 02/2000 – Marcos Jurueña Villella Souto</i> | 384 |
| PRECATÓRIO JUDICIAL – Execução – quantia certa – Fazenda Pública – compensação de créditos – ICMS – débito futuro – ausência de lei autorizativa – impossibilidade – observância da ordem cronológica dos precatórios – rendas da Fazenda Pública infratora – seqüestro – pagamento do débito preterido – <i>Parecer nº 01/1998 – Francesco Conte</i> | 313 |
| PREPARO – diferença – recolhimento – ação de indenização – dano moral – prudente arbítrio do juiz – fixação – pedido certo – formulação – exigência – <i>Agravo de Instrumento nº 5.505/2000</i> | 472 |
| PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO – ação ordinária – tutela antecipada – veículo apreendido por falta de vistoria – indeferimento – <i>Agravo de Instrumento nº 11.668/2000</i> | 467 |
| PREVI-RIO – Estado – transação – Lei de Responsabilidade Fiscal – análise preliminar – processo administrativo – deficiência de instrução – <i>Parecer nº 10/2000 – Renan Miguel Saad</i> | 371 |

| | |
|--|-----|
| PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO – dívida externa – direitos dos povos – direitos humanos – o caso brasileiro – <i>Dívida Externa no Contexto dos Direitos dos Povos e dos Direitos Humanos – Francesco Conte</i> | 121 |
| PROCEDIMENTO LICITATÓRIO SIMPLIFICADO – Lei nº 9.478/94 – Decreto nº 2.475/98 – Petrobrás – subsidiárias – igualdade – adequação – <i>Decreto 2.745/98 – aplicabilidade – considerações – Andréa Ribeiro Vianna da Silva</i> | 206 |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO – CF, art. 5º, LIV e LV – controle da administração – regulamentação da matéria – ausência de leis especiais – Lei nº 10.177/98 – Lei nº 9.784/99 – propostas de inovação – <i>Processo administrativo e controle – Alice Gonzales Borges</i> | 516 |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO – legalidade – controle – cidadania – soberania – Estado Democrático de Direito – autotutela – <i>Processo Administrativo e Controle – Alice Gonzales Borges</i> | 516 |
| PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DOS JOVENS À SOCIEDADE – direitos sociais – implementação pelo Estado – princípios constitucionais aplicáveis – atuação do Estado – possibilidade e limites – contratação de terceiro para operacionalizar o programa – requisitos – <i>Parecer nº 09/2000 – Sérgio Luiz Barbosa Neves</i> | 279 |
| PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO – Lei nº 2.470/95 – inaplicabilidade – Peugeot-Citröen do Brasil S.A. – participação minoritária do Estado do Rio de Janeiro – alienação – acordo de acionistas – submissão das partes – renegociação de cláusulas – <i>Parecer conjunto nº 01/2001 – Lauro da Gama e Souza Junior e João Manoel de Almeida Velloso</i> | 341 |
| PROJETO DE CÓDIGO CIVIL DE 1975 – revisão – Resolução nº 1 do Congresso Nacional – obrigações pecuniárias – correção monetária – índices – indexadores – UFIR – extinção – fixação de quantias em salário mínimo – extinção – atualização dos arts. 108, 227, 395, 404, 418 e 1.393 do projeto – <i>Atualização do texto do projeto de código civil no que tange às obrigações pecuniárias – Letácio de Medeiros Jansen Ferreira Júnior</i> | 191 |
| PROJETO DE LEI Nº 1.486/2000 – análise – compatibilidade – ordenamento jurídico constitucional – <i>Parecer nº 02/2000 – Elayne Maria Sampaio Rodrigues Mahler...</i> | 390 |
| PROVENZA , Vittorio Constantino – força policial – atuação – ação preventiva e repressiva – meio ambiente – condutas atentatórias – limites – <i>Parecer nº 02/2001</i> | 376 |
| PYRRHO , Sérgio Eduardo dos Santos – ICMS – municípios – arrecadação – critério de participação – Constituição Federal, art. 158, parágrafo único, inciso I – Lei Complementar nº 63, art. 3º, Inciso I e §1º – valor adicionado – alteração do valor de lei complementar – descabimento – <i>Parecer nº 04/2000</i> | 296 |
| R | |
| RAZOABILIDADE – conceitos jurídicos indeterminados – conteúdo – extensão – concretização – zonas de certeza e incerteza – controle jurisdicional – hermenêutica jurídica – teorias – subjetivista – objetivista – <i>O controle judicial da concretização dos conceitos jurídicos indeterminados – José dos Santos Carvalho Filho</i> | 109 |

| | |
|--|-----|
| RAZOABILIDADE – isonomia – equidade – crise energética – MP nº 2.198-4/2001 – medidas sancionatórias – empresas construtoras de usinas produtoras de energia – Lei nº 9.427/96 – interpretação das normas jurídicas – ADCMC nº 9-DF – Circular nº 45/01 – <i>A crise energética brasileira: considerações acerca da possibilidade de penalização das empresas construtoras de usinas produtoras de energia por superação da meta de consumo</i> – <i>Horácio Augusto Mendes de Souza</i> | 212 |
| RAZOABILIDADE – legalidade – encargos trabalhistas – encargos previdenciários – licitação – interesse público – indisponibilidade – poder de polícia – <i>Da Inexistência de Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nas Terceirizações</i> – <i>Flávio Amaral Garcia</i> | 184 |
| RECURSO ESPECIAL Nº 285.666-RJ – servidor público – gratificação – encargos especiais – omissão – embargos de declaração – art. 535 do CPC | 443 |
| RECURSO ESPECIAL Nº 119.986-SP – crédito tributário – constituição – lançamento – decadência | 439 |
| RECURSO ESPECIAL Nº 289.958-PR – Fazenda Pública – reexame necessário – relator – possibilidade – inteligência do – novo – artigo 557 do CPC | 447 |
| REEXAME NECESSÁRIO – Fazenda Pública – relator – possibilidade – inteligência do – “novo” artigo 557 do CPC – <i>Recurso Especial nº 289.958 – PR</i> | 447 |
| REEXAME NECESSÁRIO – Lei nº 9.756/98 – alteração do art. 557 do CPC – celeridade processual – ampliação dos poderes do relator – Súmula 253 do STJ – aplicação do art. 557 do CPC – equiparação ao recurso – impossibilidade – equívoco do STJ – <i>Possibilidade de aplicação do artigo 557 do CPC ao reexame necessário – análise crítica da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça</i> – <i>Rodrigo de Almeida Távora</i> | 260 |
| REPETIÇÃO DE INDÉBITO – ITBI – imunidade tributária – inexistência – coisa julgada administrativa – inocorrência – <i>Apelação Cível nº 13.295/2000</i> | 460 |
| RESCISÃO – licitação – procedimentos – aumento de capital – fraude – ativo integralizado não pertencente a qualquer dos sócios da sociedade – declaração de inidoneidade dos licitantes – proibição de participação em novas licitações – inquérito administrativo – contratos administrativos – ilícitos penais e administrativos – indícios – remessa ao MP – <i>Parecer conjunto nº 01/2000</i> – <i>Adriana de Biase Ninho, Beatriz Sarmento Leite do Couto e Silva e José Antônio Velasco Fichtner Pereira</i> | 269 |
| RESERVA LEGAL – ICMS – substituição tributária – base de cálculo – margem de lucro – critérios de fixação – <i>Parecer nº 02/2000</i> – <i>Vera Lúcia Kirdeiko</i> | 301 |
| RESOLUÇÃO Nº 1 DO CONGRESSO NACIONAL – projeto de código civil de 1975 – revisão – obrigações pecuniárias – correção monetária – índices – indexadores – UFIR – extinção – fixação de quantias em salário mínimo – extinção – atualização dos arts. 108, 227, 395, 404, 418 e 1.393 do projeto – <i>Atualização do texto do projeto de código civil no que tange às obrigações pecuniárias</i> – <i>Letácio de Medeiros Jansen Ferreira Júnior</i> | 191 |
| RESPONSABILIDADE CIVIL – DETRAN – inexistência – ausência de causalidade – CRV – requerimento de 2ª via – chassi adulterado – carro vistoriado regularmente | |

| | |
|--|-----|
| – alienante – responsabilidade – danos sofridos pelo comprador – <i>Apelação Cível nº 5.409/2000</i> | 458 |
| RESPONSABILIDADE DO ESTADO – vítima de furto em via pública – <i>Apelação Cível nº 11.525/2000</i> | 456 |
| RIOPREVIDÊNCIA – contribuição previdenciária – servidores de cargo em comissão – dispensa de contribuição – Lei nº 285/79 – Lei nº 1.529/89 – impossibilidade jurídica – desconto previdenciário – restabelecimento – <i>Parecer nº 01/2001</i> – <i>Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i> | 291 |
| RUDGE, Fabiana Andrada do Amaral – tempo fictício – contagem – férias – licenças – Emenda Constitucional nº 20/98 – vedação do cômputo para efeito de aposentadoria – <i>Parecer nº 01/2000</i> | 326 |

S

| | |
|---|-----|
| SAAD, Renan Miguel – Estado – Previ-Rio – transação – Lei de Responsabilidade Fiscal – análise preliminar – processo administrativo – deficiência de instrução – <i>Parecer nº 10/2000</i> | 371 |
| SEGURANÇA JURÍDICA – aposentadoria – invalidez – anulação pela Administração Pública – impossibilidade – <i>Parecer nº 09/1999</i> – <i>Marcelo Ortigão Benigno de Carvalho</i> | 329 |
| SEGURANÇA JURÍDICA – MP nº 2.102-28 – CPC art. 741 – nova hipótese de embargos à execução – constitucionalidade – inexigibilidade do título judicial – sentença contrária ao posicionamento do STF – coisa julgada ilegal ou inconstitucional – desconstituição – legalidade – isonomia – <i>Embargos Desconstitutivos – Estudos sobre sua constitucionalidade</i> – <i>Gustavo Rabelo Tavares Borba</i> | 79 |
| SEQÜESTRO – rendas da Fazenda Pública infratora – pagamento do débito preterido – Execução – quantia certa – Fazenda Pública – compensação de créditos – precatório judicial – ICMS – débito futuro – ausência de lei autorizativa – impossibilidade – observância da ordem cronológica dos precatórios – <i>Parecer nº 01/1998</i> – <i>Francesco Conte</i> | 313 |
| SERVIÇO PÚBLICO – bens vinculados – posse – transferência – natureza – <i>Parecer nº 02/2000</i> – <i>Marcos Júruena Villella Souto</i> | 384 |
| SERVIDOR PÚBLICO – constitucional – administrativo – requisitos para ingresso – Lei Complementar 81/93, do Estado de Santa Catarina – isonomia – CF, art. 5º; art. 22, I e XVI; art. 37, I – <i>Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.326-2 – SC</i> | 431 |
| SERVIDOR PÚBLICO – gratificação – encargos especiais – omissão – embargos de declaração – art. 535 do CPC – <i>Recurso Especial nº 285.666-RJ</i> | 443 |
| SERVIDOR PÚBLICO – requisitos para ingresso – Lei Complementar nº 81/93, do Estado de Santa Catarina – isonomia – Constituição Federal, art. 5º; art. 22, I e XVI; art. 37, I – <i>Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.326-2 – SC</i> | 431 |
| SILVA, Alcir da – assembleias gerais ordinárias – assentadas no mesmo dia, local e hora – impossibilidade – livro de transcrição das Atas das Assembleias Gerais – | |

| | |
|---|-----|
| apresentação – quorum de deliberação – ações preferenciais – Lei nº 6.404, art. 129 caput e §2º – esferas administrativa e judicial – independência – Parecer nº 07/2000 | 409 |
| SILVA, Andréa Ribeiro Vianna da – Decreto 2.475/98 – Lei nº 9.478/94 – Petrobrás – subsidiárias – procedimento licitatório simplificado – igualdade – adequação – Decreto 2.745/98 – aplicabilidade – considerações | 206 |
| SIMULAÇÃO – dissimulação – elisão – evasão fiscal – princípios constitucionais – aumento da arrecadação – direito comparado – modelo brasileiro – administração tributária – política fiscal – efeitos na economia do país – <i>A norma antielisão e seus efeitos</i> – artigo 116, parágrafo único, CTN – André Luiz Carvalho Estrella | 161 |
| SISTEMA – características essenciais – supremacia da constituição – ordem jurídica – estrutura escalonada – validade das normas que compõem o sistema normativo – espécies normativas infraconstitucionais – hierarquia – hierarquia proposta – <i>O princípio da Reserva de Lei Complementar e a hierarquia entre as espécies normativas</i> – Rodrigo Borges Valadão | 226 |
| SOBERANIA – processo administrativo – legalidade – controle – cidadania – Estado Democrático de Direito – autotutela – <i>Processo Administrativo e Controle</i> – Alice Gonzales Borges | 516 |
| SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS – sistema – Mercosul – estrutura institucional – globalização – integração econômica regional – <i>Rumo à consolidação de um sistema eficaz para a solução de controvérsia no Mercosul</i> – Sílvia Cynamon | 137 |
| SOUSA, Luís Alberto Miranda Garcia de – contribuição previdenciária – cargo em comissão – dispensa de contribuição – desconto previdenciário em favor do RIO-PREVIDÊNCIA – impossibilidade – Parecer nº 01/2001 | 291 |
| SOUSA, Luís Alberto Miranda Garcia de – desapropriação – ativos ou ações – empresas do ramo da indústria naval – possibilidade – interesse social – conveniência – oportunidade – Parecer nº 04/99 – <i>Prêmio Diogo de Figueiredo Moreira Neto</i> | 525 |
| SOUZA, Horácio Augusto Mendes de – crise energética – MP nº 2.198-4/2001 – medidas sancionatórias – empresas construtoras de usinas produtoras de energia – Lei nº 9.427/96 – isonomia – equidade – razoabilidade – interpretação das normas jurídicas – ADCMC nº 9-DF – circular nº 45/01 – <i>A crise energética brasileira: considerações acerca da possibilidade de penalização das empresas construtoras de usinas produtoras de energia por superação da meta de consumo</i> | 212 |
| SUBSIDIARIEDADE – controle orçamentário – transparência fiscal – moralidade administrativa – normas orçamentárias – elaboração – discricionariedade da administração – princípios como mandamentos de otimização – participação política – princípio da transparência – Lei de Responsabilidade Fiscal – <i>Transparência Fiscal</i> – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho | 88 |
| SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – ICMS – base de cálculo – reserva legal – margem de lucro – critérios de fixação – Parecer nº 02/2000 – Vera Lúcia Kirdeiko | 301 |
| SÚMULA 253 DO STJ – Lei nº 9.756/98 – alteração do art. 557 do CPC – celeridade processual – ampliação dos poderes do relator – aplicação do art. 557 do CPC – reexame necessário – equiparação ao recurso – impossibilidade – equívoco do STJ | |

– Possibilidade de aplicação do artigo 557 do CPC ao reexame necessário – análise crítica da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – Rodrigo de Almeida Távora 260

SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO – sistema – características essenciais – ordem jurídica – estrutura escalonada – validade das normas que compõem o sistema normativo – espécies normativas infraconstitucionais – hierarquia – hierarquia proposta – *O princípio da Reserva de Lei Complementar e a hierarquia entre as espécies normativas* – Rodrigo Borges Valadão 226

T

TAVARES BORBA, Gustavo Rabelo – MP nº 2.102-28 – CPC art. 741 – nova hipótese de embargos à execução – constitucionalidade – inexigibilidade do título judicial – sentença contrária ao posicionamento do STF – coisa julgada ilegal ou inconstitucional – desconstituição – segurança jurídica – legalidade – isonomia – Embargos Desconstitutivos – *Estudos sobre sua constitucionalidade* 79

TÁVORA, Rodrigo de Almeida – Lei nº 9.756/98 – alteração do art. 557 do CPC – celeridade processual – ampliação dos poderes do relator – Súmula 253 do STJ – aplicação do art. 557 do CPC – reexame necessário – equiparação ao recurso – impossibilidade – equívoco do STJ – Possibilidade de aplicação do artigo 557 do CPC ao reexame necessário – análise crítica da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça 260

TEMPO FICTÍCIO – contagem – férias – licenças – Emenda Constitucional nº 20/98 – vedação do cômputo para efeito de aposentadoria – Parecer nº 01/2000 – Fabiana Andrada do Amaral Rudge 326

TRANSPARÊNCIA FISCAL – controle orçamentário – moralidade administrativa – normas orçamentárias – elaboração – discricionariedade da administração – princípios como mandamentos de otimização – subsidiariedade – participação política – princípio da transparência – Lei de Responsabilidade Fiscal – *Transparência Fiscal* – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho 88

TRANSPORTE ALTERNATIVO DE PASSAGEIROS – mandado de segurança – Decreto estadual nº 25.955/2000 – permissão de serviço público – licitação – ilegitimidade ativa – CF, art. 5º, XXI – ilegitimidade passiva do Estado – inadequação da via eleita – lei em tese – denegação da segurança – *Mandado de Segurança – O Estado em Julzo* – Paolo Henrique Spilotros Costa 477

TUTELA ANTECIPADA – ação ordinária – veículo apreendido por falta de vistoria – indeferimento – presunção de legitimidade do ato administrativo – *Agravo de Instrumento nº 11.668/2000* 467

U

UFIR – projeto de código civil de 1975 – revisão – resolução nº 1 do Congresso Nacional – obrigações pecuniárias – correção monetária – índices – indexadores – extinção – fixação de quantias em salário mínimo – extinção – atualização dos arts. 108, 227, 395, 404, 418 e 1.393 do projeto – *Atualização do texto do projeto de código civil*

no que tange às obrigações pecuniárias – Letácio de Medeiros Jansen Ferreira
Júnior 191

V

VALADÃO, Rodrigo Borges – sistema – características essenciais – supremacia da
constituição – ordem jurídica – estrutura escalonada – validade das normas que
compõem o sistema normativo – espécies normativas infraconstitucionais – hierar-
quia – hierarquia proposta – *O princípio da Reserva de Lei Complementar e a*
hierarquia entre as espécies normativas 226

VALLE, Vanice Regina Lirio do – Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 15 – despesa
pública – descumprimento – presunção de lesividade – presunção de irregularidade
– presunção de não-autorização – gestão pública – respeito ao planejamento público
– observância às formalidades previstas nos arts. 16 e 17 da LRF – *Presunção de*
lesividade de despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal – Breve aproxi-
mação do tema..... 251

VELLOSO, João Manoel de Almeida; Souza Junior, Lauro da Gama e – Peugeot-Ci-
tröen do Brasil S.A. – participação minoritária do Estado do Rio de Janeiro –
alienação – Lei nº 2.470/95 – Programa Estadual de Desestatização – inaplicabilidade
– acordo de acionistas – submissão das partes – renegociação de cláusulas – *Parecer*
conjunto nº 01/2001 341

VILLELLA SOUTO, Marcos Juruena – serviço público – bens vinculados – posse –
transferência – natureza – *Parecer nº 02/2000* 384

VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – licitação – permissão
de uso – camarotes do estádio do Maracanã – pagamento efetuado por um dos
licitantes – Cotas do Fundo de Privatização do Estado do Rio de Janeiro – descabi-
mento – desconformidade com o edital – legalidade – *Parecer nº 01/2001 – Flávio*
Amaral Garcia 404

Z

ZONAS DE CERTEZA E INCERTEZA – conceitos jurídicos indeterminados –
conteúdo – extensão – concretização – controle jurisdicional – razoabilidade –
hermenêutica jurídica – teorias – subjetivista – objetivista – *O controle judicial da*
concretização dos conceitos jurídicos indeterminados – José dos Santos Carvalho
Filho 109